

Ordem de destroçar

O serviço militar obrigatório (SMO), cuja extinção estava prevista para o próximo dia 19 de Novembro, termina hoje, passando agora as Forças Armadas a contar apenas com voluntários contratados de ambos os sexos. Essa antecipação, além da eventual satisfação que proporcionará aos jovens que terão beneficiado da medida, representa alguma poupança para o Ministério da Defesa (MD).



Portugal, que em 25 de Abril de 1974 tinha cerca de 205 mil homens em armas (aproximadamente 2,5% da população global), dispõe agora - segundo o "número mínimo" de voluntários contratados que o MD diz ter atingido em Maio passado -, de 12 mil militares em regime de contrato e voluntariado, para garantirem a operacionalidade do Exército. "O óptimo seria ter cerca de 15 mil profissionais" (ver coluna ao lado), conforme afirmou, ao "Diário de Notícias", na terça-feira passada, fonte oficial do gabinete do chefe do Estado-Maior do Exército.

Patrocínio

Comentando o "número mínimo" anunciado pelo MD, o coronel do Exército em situação de reforma, David Martelo - que é investigador e autor de várias obras sobre assuntos militares - disse, ao JN: "Não considero que seja um êxito. Não se tendo atingido o nível desejável, isso coloca em números excessivamente modestos as capacidades do Exército português, para cumprimento de missões internacionais".

A participação em missões multinacionais de manutenção/imposição de paz é, actualmente, a principal função dos três ramos das nossas Forças Armadas (FA), entre as quais o Exército assume papel preponderante.

"Veja-se o peso do Exército em intervenções militares recentes como, por exemplo, a acção das forças dos Estados Unidos no Iraque. São cada vez menos prováveis combates aéreos e combates navais", recorda David Martelo.

Esse novo tipo de missões é extremamente exigente (em termos humanos e financeiros) e supõe, entre outras coisas, militares profissionais bem treinados. "Para uma efectiva capacidade, deve haver (para além da força que intervém) uma força de reserva e uma força em formação, de modo a garantir a rotatividade das mesmas", sublinha David Martelo: "Com o número mínimo anunciado esta semana, garante-se o êxito do discurso político, mas não se garante que as capacidades desenvolvidas atinjam aquilo que internacionalmente podem esperar de nós".

As alterações estratégicas de 1989-1991, que levaram os estados a adoptar novos sistemas militares, inspiraram a necessidade de se aplicar o SMO para a captação de recursos humanos. Todavia, especialistas e estudos sobre assuntos militares constataam e documentam que, na generalidade da Europa (particularmente na Bélgica, Espanha e França), tem havido dificuldades nessa matéria, sobretudo porque os jovens actualmente disponíveis para servir as FA são gente de uma sociedade de serviços e de comunicação, com outras aptidões que não tinham os assalariados das sociedades agrícolas e industriais. Neste contexto, é com as leis do mercado que a instituição militar se vê agora obrigada a disputar recursos humanos. "O Exército profissional é caro. É uma evidência. A qualidade paga-se", comenta David Martelo, deixando um alerta: "Mas, apesar daquilo que possam oferecer aos voluntários contratados em termos de emprego futuro, não sabemos como eles poderão vir a vencer os medos... É psicológico... O medo do desconhecido ! "

Para os especialistas, o êxito, ou não, do fim do SMO em Portugal, só futuramente poderá ser aferido, na medida em que a maior ou menor adesão de jovens dependerá também da política de comunicação

e imagem para o recrutamento, da melhoria da qualidade de vida nos quartéis e das medidas de discriminação positiva para os militares sem patente.

O serviço militar obrigatório (SMO), extensivo a toda a população do Estado (como elemento estruturante da cidadania) foi um conceito ideológico elaborado pelos filósofos do século XVIII. Todavia, esse conceito só veio a impor-se, na prática, por uma necessidade imperativa da guerra e não para materializar um dever ou um direito de cidadania. Foi o que aconteceu nas guerras massivas - I e II guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) -, onde as vitórias eram determinadas sobretudo pelo número de soldados que cada antagonista podia levar aos campos de batalha. Segundo o historiador francês Raoul Girardet, a Revolução Francesa consagrou, na Lei Jourdan (1798), o chamado "sistema de sorteio", que era uma aproximação do serviço militar obrigatório universal. Também o coronel David Martelo assinala - escrevendo sobre os fundamentos históricos do SMO, na edição do JN de 11 de Outubro de 1996 -, que, em França, no início de 1793, "era já claro que os voluntários eram raros e os poucos que se alistavam faziam-no para não morrer à fome. O princípio da liberdade não conseguia, por si só, assegurar o recrutamento", pelo que se recorreu ao alistamento forçado. E assim, em Fevereiro desse ano, a Convenção Nacional votou o levantamento de 300 mil soldados, e, em Agosto, decretou o recrutamento geral, nos seguintes termos: "A partir deste momento... todos os franceses se encontram permanentemente requisitados para o serviço das armas. Os jovens terão que lutar; os homens casados forjarão armas e transportarão provisões; as mulheres farão tendas e roupas e servirão nos hospitais; as crianças transformarão lençóis velhos em ligaduras; os idosos dirigir-se-ão aos lugares públicos para encorajar os soldados..." David Martelo conclui: "Estava, assim, criado o conceito da "Nação em Armas", directamente decorrente da urgência de uma grande quantidade de soldados". Em obra publicada posteriormente, o mesmo especialista adianta que, em Portugal, foi a República que trouxe o conceito da "Nação em Armas", contrapondo-o ao "Exército Permanente" da Monarquia, e que a reforma do Exército de 1911, embora estabelecendo o sistema de serviço militar geral e obrigatório, não alterou em substância o corpo permanente do tempo da Monarquia, sossegando os militares profissionais. O alargamento efectivo do serviço a todos os jovens do sexo masculino verificou-se durante a I e II guerras mundiais e, também, durante o período da guerra colonial (1960-1974). Em 25 de Abril de 1974, o nosso país tinha 155 mil militares nos teatros da guerra colonial e 55 mil em Portugal continental.

Carlos Gomes

publicado a 2004-09-19 às 00:00

Para mais detalhes consulte:

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=460738

GRUPO CONTROLINVESTE

Copyright © - Todos os direitos reservados